



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 11-A, DE 2003

(Do Sr. Luciano Zica)

Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias realize ato de fiscalização sobre Comissão de Valores Mobiliários, quanto à sua atuação na regulação de contratos de investimento coletivo, em especial nas operações realizadas pelas Fazendas Reunidas Boi Gordo.

DESPACHO:

NUMERE-SE, PUBLIQUE-SE E ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

S U M Á R I O

I – Proposta inicial

II – Na Comissão de Defesa do Consumidor:

- relatório prévio
- relatório final
- parecer da Comissão

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, incisos I e II, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, propomos a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização sobre os atos e controles administrativos praticados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia federal, quanto à sua atuação na regulação de contratos de investimento coletivo de engorda de animais, em especial nas operações realizadas pelas Fazendas Reunidas Boi Gordo (FRBG), no tocante aos seguintes aspectos:

- a) cumprimento das atribuições definidas para aquela autarquia pelas Leis nº 6.385/76 e 6.404/76;
- b) tempestividade e eficácia das ações tomadas na ocasião para proteger os investidores desta modalidade de títulos mobiliários;
- c) análise dos procedimentos adotados pela CVM para fiscalização das empresas que atuam neste mercado; e
- d) verificação de possível ocorrência de tráfico de influência no Caso da FRBG.

JUSTIFICAÇÃO

Vemos todos os dias na televisão este tipo de publicidade: empresas de compra e venda com entrega futura, sociedades em conta de participação, as que prometem a venda de uma casa com uma parcela de 200 reais por mês, etc. Esse tipo de publicidade atrai geralmente pessoas com poder aquisitivo menor para investimentos que, na verdade, muitas vezes tratam-se de golpes.

Um bom exemplo é a empresa Fazendas Reunidas Boi Gordo (FRBG), que apresentou-se aos brasileiros pelo rosto carismático do ator Antônio Fagundes.

O comercial ia ao ar no horário nobre da televisão e teve seu auge durante a exibição da novela *O Rei do Gado*, da Rede Globo, em 1997. A empresa teve concordata declarada na cidade de Comodoro, Mato Grosso, onde ficam algumas de suas fazendas, embora a maior parte dos quase 30 mil investidores sejam do Estado de São Paulo, onde ficava a sede da empresa. Uma longa e penosa batalha judicial está sendo travada entre os investidores e os controladores da empresa. A Boi Gordo afundou com um patrimônio de 530 milhões de reais e dívidas reconhecidas de 750 milhões, embora na realidade estas alcancem cerca de R\$ 1,38 bilhão. A Boi Gordo vendeu ao público a encenação de que é possível produzir mais de 40% de lucro em dezoito meses engordando gado no campo – quando a lucratividade média da pecuária brasileira não passa de 9% ao ano. A publicidade, portanto, era falsa e enganosa, ferindo o Código de Defesa do Consumidor.

Convém destacar que o proprietário da Boi Gordo, Paulo Roberto de Andrade, segundo denúncias divulgadas pela Revista Veja, na sua edição de 14/11/2001, conseguiu esconder habilmente sua ficha criminal durante todo o tempo em que tocou seu negócio. Entre 1966 e 1989 – época em que a Boi Gordo já estava estabelecida no mercado, portanto – ele foi alvo de nove processos. As acusações eram sérias. Roubo, agressão contra mulheres e estelionato. Das duas últimas, Andrade foi inocentado. Foram sete processos engavetados por falta de provas. Dois deles, no entanto, foram adiante. Justamente os mais sérios. A acusação: assalto a mão armada. O primeiro em 1966, quando Andrade tinha 19 anos de idade. Ele voltaria a reincidir no mesmo crime em 1967. Foi preso, julgado e condenado duas vezes, a sete e quatro anos de reclusão, respectivamente.

Diante de tal fato, temos que tomar providências. Em primeiro lugar, observar o que a lei diz a respeito da CVM. A CVM tem como objetivo proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários; evitar e coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores

mobiliários negociados no mercado; assegurar acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido.

A disciplina dos valores mobiliários no Brasil, mesmo que ainda incipiente em comparação com outras nações com mais cultura de mercado, teve início antes mesmo da edição do texto legal que terminou por enunciar um rol taxativo desses títulos e por criar a agência reguladora desse segmento econômico.

Mediante a estruturação do Sistema Financeiro Nacional em 1964 (pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e do mercado de capitais em 1965 (pela Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965), foram estabelecidos os alicerces institucionais básicos para a disciplina desse sistema. Não obstante, foi necessário um maior refinamento normativo-institucional para que os objetivos inicialmente almejados quando da edição de tais textos fossem concretizados. Tal se deu com a edição da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que criou a Comissão de Valores Mobiliários, com vistas a, dentre outros aspectos, dotar o mercado de maior transparência e segurança na captação e gerência dos recursos do público, mediante a atuação fiscalizatória, normativa e disciplinadora da agência reguladora.

O escopo da legislação submete à jurisdição da CVM quaisquer "títulos ou contratos que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros", desde que ofertados estes ao público. Portanto, todos e quaisquer títulos ou contratos que apresentam as características descritas no conceito da legislação em vigor, quando ofertados ao público, sujeitar-se-ão a regime de registro junto à CVM. O registro de valores mobiliários constitui condição absolutamente necessária para sua distribuição no mercado, segundo o art. 19 da Lei 6.385/76, bem como no art. 4º, parágrafo único da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responde pela fiscalização das empresas que emitem títulos de investimento coletivo de engorda de animais. A Comissão é responsável pelo cadastramento das empresas, pela autorização de

cada emissão dos títulos de investimento, pela aprovação dos contratos e prospectos de venda.

A CVM deve exigir que a empresa envie estatutos e demonstrativos financeiros, além de informar qual o segmento onde vai atuar. A empresa também é obrigada a indicar um diretor de relações com o investidor, para atender às dúvidas e quaisquer problemas que tiver o aplicador. Esse diretor também é responsável pelo relacionamento da empresa com a CVM.

A Comissão também é responsável pela análise anual da situação financeira da empresa e pelas intervenções, se necessárias. Se a empresa não honrar seus títulos, a CVM pode cancelar novas emissões. Cabe à CVM tentar evitar que uma empresa sem condições financeiras atue no mercado, podendo lesar muitos investidores. Mas se houver problemas, o risco é do investidor, porque a CVM não cobre prejuízos.

Na checagem das informações, a CVM usa os serviços de um auditor. A obrigação desse profissional é checar as contas da empresa, como estão os animais, os sistema de engorda, local de criação, conferência do número de animais, aumento de peso etc. O auditor é credenciado pela CVM e escolhido pela empresa emissora dos títulos. Caso a CVM suspeite das informações prestadas pelo auditor, pode abrir um inquérito administrativo para verificar a veracidade dos dados declarados.

Os fatos indicam que a Comissão de Valores não cumpriu adequadamente as atribuições acima listadas no caso da Boi Gordo. Quando deixou de fazer, descumpriu o Código de Defesa do Consumidor, lei que vem no bojo da Constituição e que, no art. 3º, diz que *“fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada”*. E aí se enquadra a Comissão de Valores.

Nos mesmos termos, no art. 22, diz: *“Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias (...) são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros (...)”*. Quando isso não é feito, o diretor da empresa permissionária ou diretamente do serviço público é responsabilizado por esses atos. O art. 105 do Código de Defesa do Consumidor diz: *“Integram o Sistema Nacional*

de Defesa do Consumidor — SNDC, os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor”. Não se estipulam poderes. Está claro que o Ministério Público tem as suas promotorias e procuradorias de defesa do consumidor, o Judiciário tem as suas varas e juizados especiais de defesa do consumidor, o Legislativo, na sua esfera municipal, tem as Comissões de Defesa do Consumidor, as Assembléias Legislativas dos Estados também. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por exemplo, trabalha como um PROCON, que apena com multas e fecha, administrativamente, órgãos que lesam o consumidor de forma coletiva. No entanto, esta Comissão da Câmara dos Deputados não tem chegado a isso, mas tem fiscalizado, tem realizado audiências de conciliação e tomado providências de forma coletiva.

Já que integramos o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, temos competência, de acordo com a lei, para fazer com que a FRBG mande todas as informações necessárias para que esta Comissão apure os fatos, sob pena de desobediência e desacato. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 55, deixa claro que os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores, para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.

Realmente, deve haver a apuração dos atos da CVM anteriores ao processo de concordata. De acordo com Paulo Márcio Alves Coelho Prado, advogado da Associação 15 de Outubro dos Credores da Boi Gordo, a fazenda Realeza do Guaporé, foi comprada da Colonizadora Boi Gordo pela Fazendas Reunidas Boi Gordo Agropecuária Participações, pelo valor de 1 milhão de reais e, no mesmo dia, foi vendida por 32 milhões de reais para a Fazendas Reunidas Boi Gordo S/A. Isso ocorreu em março de 2001. As maiores credoras da Boi Gordo são a Uruguaiana e outras empresas do grupo, sob a propriedade de Paulo Roberto de Andrade. Porém, o processo jurídico não atinge esse grupo, porque a concordata é da Boi Gordo. Outra prática utilizada foi trocar o título da FRBG, na época em que a pessoa ia resgatar, por outro da Uruguaiana. Muitos contratos da Uruguaiana que

foram reinvestidos não estão na concordata, pois a Uruguaiana é responsável por eles. No entanto todas essas empresas foram o mesmo grupo.

Outra estratégia foi a criação das Globais, que surgiram inicialmente informando que seria uma *holding* para administrar e recuperar a Boi Gordo e, depois, propondo a troca dos créditos dos investidores por ações do senhor Paulo Roberto de Andrade, que cederia parte de suas ações para formar o capital da global. Na realidade, o credor entregaria o documento comprobatório de seu crédito pelo direito de ser acionista de uma empresa que ainda não tinha sido constituída, sem capital e sem recursos para investir ou comprar boi. Estas empresas já têm em seu poder vários contratos. Mais de 500 pessoas já fizeram esse tipo de transação, e o contrato está com a Global.

Ao constatar irregularidade na emissão dos títulos dos CICs, a CVM exigiu da Boi Gordo uma série de documentos e cobrou o cumprimento da Instrução Normativa n.º 350, que estabelece que a emissão de títulos deve ter garantia em 50% do valor colocado no mercado. À época, o consultor jurídico da Boi Gordo que atuava junto à CVM era o Sr. Ari Matos Filho, ex-Presidente da CVM. Como a FRBG estava embaraçada para poder emitir mais contratos porque estava com problema de caixa e não tinha o gado para fazer a engorda, só conseguia liquidar contratos liberando mais CICs no mercado, captando mais dinheiro. A Instrução Normativa nº 350 estabelece que para emitir CICs é necessário ter garantia equivalente a mais 50% do valor. No entanto, a Boi Gordo foi liberada pela CVM de apresentar essas garantias e emitiu mais cem milhões de CICs no mercado.

Existe realmente necessidade de motivação pública para que não aconteça mais o que estamos acostumados a ver: pessoas honestas, que sempre trabalharam, perderem o que acumularam ao longo de uma vida dura. Menos de 3% dos CICs da Boi Gordo correspondem a valores superiores a 50 mil reais. Existem centenas de créditos de 300, 500 reais. A questão social demanda muito mais do que uma simples providência judicial, porque existem responsáveis.

A sociedade precisa saber por que a CVM não tomou providências, quê informações a CVM tem sobre esse processo e de que forma podemos atuar junto à CVM para que isso não ocorra mais.

Ao longo do trabalho que a Comissão vai desenvolver, devemos acompanhar o que ocorre no Judiciário. Também deve-se dar atenção às sanções de natureza penal, mesmo porque houve propaganda e afirmação enganosas, o que fere os arts. 66 e 67 do Código de Defesa do Consumidor, e estelionato. Temos que agir também na esfera penal porque, no mínimo, houve administração fraudulenta. Há que se considerar que o que foi prometido não era verdade. Durante toda a história de vida da Boi Gordo, há informações de que não passava de 10 mil o número de bois. Então, se os bois nunca ultrapassaram esse número e nunca houve o que foi declarado, está caracterizada a prática de estelionato. É nesse sentido que podemos trabalhar para ajudar essas milhares de pessoas no Brasil que, infelizmente, de boa-fé, acreditam que os órgãos públicos fiscalizam de fato, na forma que determina a legislação.

É portanto fundamental a utilização deste mecanismo (ato de fiscalização de controle) no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias para que se realize ato de fiscalização sobre a Comissão de Valores Mobiliários, quanto à sua atuação na regulação de contratos de investimento coletivo, em especial nas operações realizadas pela FRBG, para permitir um acompanhamento permanente e garantir que medidas fiscalizadoras sejam de fato eficazes.

Sala das Comissões, de maio de 2003

LUCIANO ZICA
PT/SP

LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO
PTB/SP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

.....
.....

CAPÍTULO IV DA NEGOCIAÇÃO NO MERCADO

Seção I Emissão e Distribuição

Art. 19. Nenhuma emissão pública de valores mobiliários será distribuída no mercado sem prévio registro na Comissão.

§ 1º São atos de distribuição, sujeitos à norma deste artigo, a venda, promessa de venda, oferta à venda ou subscrição, assim como a aceitação de pedido de venda ou subscrição de valores mobiliários, quando os pratiquem a companhia emissora, seus fundadores ou as pessoas a ela equiparadas.

§ 2º Equiparam-se à companhia emissora para os fins deste artigo:

I - o seu acionista controlador e as pessoas por ela controladas;

II - o coobrigado nos títulos;

III - as instituições financeiras e demais sociedades a que se refere o art. 15, I;

IV - quem quer que tenha subscrito valores da emissão, ou os tenha adquirido à companhia emissora, com o fim de os colocar no mercado.

§ 3º Caracterizam a emissão pública:

I - a utilização de listas ou boletins de venda ou subscrição, folhetos, prospectos ou anúncios destinados ao público;

II - a procura de subscritores ou adquirentes para os títulos, por meio de empregados, agentes ou corretores;

III - a negociação feita em loja, escritório ou estabelecimento aberto ao público, com a utilização dos serviços públicos de comunicação.

* O parecer SJU número 133, de 26 setembro de 1979, dispõe sobre a colocação de ações exclusivamente a antigos acionistas, independentemente do exercício do direito de preferência.

§ 4º A emissão pública só poderá ser colocada no mercado através do sistema previsto no art. 15, podendo a Comissão exigir a participação de instituição financeira.

§ 5º Compete à Comissão expedir normas para a execução do disposto neste artigo, podendo:

I - definir outras situações que configurem emissão pública, para fins de registro, assim como os casos em que este poderá ser dispensado, tendo em vista o interesse do público investidor;

II - fixar o procedimento do registro e especificar as informações que devam instruir o seu pedido, inclusive sobre:

a) a companhia emissora, os empreendimentos ou atividades que explora ou pretende explorar, sua situação econômica e financeira, administração e principais acionistas;

b) as características da emissão e a aplicação a ser dada aos recursos dela provenientes;

c) o vendedor dos valores mobiliários, se for o caso;

d) os participantes na distribuição, sua remuneração e seu relacionamento com a companhia emissora ou com o vendedor.

§ 6º A Comissão poderá subordinar o registro a capital mínimo da companhia emissora e a valor mínimo da emissão, bem como a que sejam divulgadas as informações que julgar necessárias para proteger os interesses do público investidor.

§ 7º O pedido de registro será acompanhado dos prospectos e outros documentos quaisquer a serem publicados ou distribuídos, para oferta, anúncio ou promoção do lançamento.

Art. 20. A Comissão mandará suspender a emissão ou a distribuição que se esteja processando em desacordo com o artigo anterior, particularmente quando:

I - a emissão tenha sido julgada fraudulenta ou ilegal, ainda que após efetuado o registro;

II - a oferta, o lançamento, a promoção ou o anúncio dos valores se esteja fazendo em condições diversas das constantes do registro, ou com informações falsas, dolosas ou substancialmente imprecisas.

.....
.....
.....
.....

.....

.....

CARACTERÍSTICAS E NATUREZA DA COMPANHIA OU SOCIEDADE ANÔNIMA

Art. 4º Para os efeitos desta lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

§ 1º Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.

* § 1º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001

§ 2º Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.

* § 2º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001

§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria.

* § 3º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001

§ 4º O registro de companhia aberta para negociação de ações no mercado somente poderá ser cancelado se a companhia emissora de ações, o acionista controlador ou a sociedade que a controle, direta ou indiretamente, formular oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários, ou com base em outro critério aceito pela Comissão de Valores Mobiliários, assegurada a revisão do valor da oferta, em conformidade com o disposto no art. 4º-A.

* § 4º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001

§ 5º Terminado o prazo da oferta pública fixado na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários, se remanescerem em circulação menos de 5% (cinco por cento) do total das ações emitidas pela companhia, a assembléia-geral poderá deliberar o resgate dessas ações pelo valor da oferta de que trata o § 4º, desde que deposite em estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, à disposição

dos seus titulares, o valor de resgate, não se aplicando, nesse caso, o disposto no § 6º do art. 44.

** § 5º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

§ 6º O acionista controlador ou a sociedade controladora que adquirir ações da companhia aberta sob seu controle que elevem sua participação, direta ou indireta, em determinada espécie e classe de ações à porcentagem que, segundo normas gerais expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, impeça a liquidez de mercado das ações remanescentes, será obrigado a fazer oferta pública, por preço determinado nos termos do § 4º, para aquisição da totalidade das ações remanescentes no mercado.

** § 6º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

Art. 4º-A Na companhia aberta, os titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações em circulação no mercado poderão requerer aos administradores da companhia que convoquem assembléia especial dos acionistas titulares de ações em circulação no mercado, para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da companhia, referido no § 4º do art. 4º.

** Artigo, caput, acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado e acompanhado de elementos de convicção que demonstrem a falha ou imprecisão no emprego da metodologia de cálculo ou no critério de avaliação adotado, podendo os acionistas referidos no caput convocar a assembléia quando os administradores não atenderem, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação.

** § 1º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

§ 2º Consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria.

** § 2º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

§ 3º Os acionistas que requererem a realização de nova avaliação e aqueles que votarem a seu favor deverão ressarcir a companhia pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta pública.

** § 3º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

§ 4º Caberá à Comissão de Valores Mobiliários disciplinar o disposto no art. 4º e neste artigo, e fixar prazos para a eficácia desta revisão.

** § 4º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001*

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Seção I Valor

Fixação no Estatuto e Moeda

Art. 5º O estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional.

Parágrafo único. A expressão monetária do valor do capital social realizado será corrigida anualmente (art. 167).

.....
.....
.....
.....

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Art. 1º O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

- I - do Conselho Monetário Nacional;
- II - do Banco Central do Brasil;
- III - do Banco do Brasil S.A.;
- IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.

CAPÍTULO II**DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado, em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, como previsto nesta Lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

- I - adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- II - regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
- III - regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;
- IV - orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- V - propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;
- VI - zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

VII - coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

.....
.....
.....

LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965

Disciplina o Mercado de Capitais e Estabelece
Medidas para o seu Desenvolvimento.

Seção I**Atribuições dos Órgãos Administrativos**

Art. 1º Os mercados financeiro e de capitais serão disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central exercerão as suas atribuições legais relativas aos mercados financeiro e de capitais com a finalidade de:

I - facilitar o acesso do público a informações sobre os títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado e sobre as sociedades que os emitirem;

II - proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos ou valores mobiliários;

III - evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais da demanda, oferta ou preço de títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado;

IV - assegurar a observância de práticas comerciais eqüitativas por todos aqueles que exerçam, profissionalmente, funções de intermediação na distribuição ou negociação de títulos ou valores mobiliários;

V - disciplinar a utilização do crédito no mercado de títulos ou valores mobiliários;

VI - regular o exercício da atividade corretora de títulos mobiliários e de câmbio.

.....
.....
.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá outras providências.

.....
.....

TÍTULO I
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

.....
.....

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

CAPÍTULO II**DA POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO**

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 9008, de 21/03/1995*

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho;

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem

econômica (Art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

.....
.....

CAPÍTULO IV DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS

.....
.....

Seção III Da Responsabilidade Por Vício do Produto e do Serviço

.....
.....

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.

Art. 23. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

.....
.....

TÍTULO II

DAS INFRAÇÕES PENAIS

.....
.....

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena - Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Incurrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta.

§ 2º Se o crime é culposo:

Pena - Detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses ou multa.

Art. 67. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva:

Pena - Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 68. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança:

Pena - Detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Parágrafo único. (Vetado).

.....
....

Art. 105. Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor.

Art. 106. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico - MJ, ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;

V - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;

VI - representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VII - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores;

VIII - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

IX - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X - (Vetado).

XI - (Vetado).

XII - (Vetado).

XIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. Para a consecução de seus objetivos, o Departamento Nacional de Defesa do consumidor poderá solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica.

.....
.....
.....
.....

INSTRUÇÃO CVM Nº 350, DE 3 DE ABRIL DE 2001

Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 296, de 18 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o registro de distribuição pública de títulos ou contratos de investimento coletivo.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos I, IV e VI, art. 8º, inciso I, art. 16, inciso I, e art. 19, § 5º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e no art. 1º, § 3º, da Lei nº 10.198, de 14 de fevereiro de 2001, RESOLVEU baixar a seguinte Instrução:

Art. 1º Os dispositivos abaixo enumerados da Instrução CVM nº 296, de 18 de dezembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Nenhuma emissão pública de títulos ou contratos de investimento coletivo poderá ser distribuída no mercado sem prévio registro na CVM, que será condicionado ao cumprimento das seguintes obrigações:

I – prestação de garantia real em montante igual a, no mínimo, 50% do valor de principal atualizado dos títulos ou contratos de investimento coletivo em circulação, em tesouraria e a emitir pendentes de registro, quando aquele valor total acumulado superar o patrimônio líquido da emissora ou a quantia de R\$ 5.000.000,00; e,

II – comprovação, pela emissora, da colocação total das emissões anteriormente registradas na CVM, se for o caso, ou do cancelamento do saldo não colocado, permitida a apresentação do pedido de registro antes do término da colocação.

§ 1º Quando o valor atualizado dos títulos ou contratos de investimento coletivo em circulação, em tesouraria e a emitir, inclusive os pendentes de registro, superar a quantia de R\$ 10.000.000,00, além de prestar garantia, a emissora deverá estar registrada como companhia aberta, nos termos da Instrução CVM no 202, de 6 de dezembro de 1993.

§ 2º Os títulos ou contratos de investimento coletivo em valor unitário igual ou superior a R\$ 150.000,00 e destinados à colocação exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definido no art. 99 da Instrução CVM no 302, de 5 de maio de 1999, podem ser emitidos sem as garantias previstas no inciso I deste artigo.

§ 3º A garantia de que trata o inciso I deste artigo somente poderá ter por objeto bens livres e desembaraçados, de valor compatível com o total garantido, conforme a avaliação que instruir o pedido de registro.

§ 4º A garantia de que trata o inciso I deste artigo poderá ser total ou parcialmente substituída, a critério da emissora, por:

I – garantia fidejussória prestada por instituição financeira com patrimônio compatível com o total garantido; ou

II – garantia real sobre ativos idênticos àqueles objeto da emissão, que recaia sobre bens livres e desembaraçados de outros ônus, e cujo valor seja compatível com o total garantido, conforme a avaliação que instruir o pedido de substituição." (NR)

§ 5º Salvo quando se tratar de emissão destinada a investidores qualificados, como previsto no § 2º do art. 3º desta Instrução, o registro da emissão poderá ser indeferido, caso o estudo de viabilidade referido no inciso V do artigo 11 desta Instrução revele que os títulos ou contratos a emitir, inclusive pendentes de registro, em conjunto com aqueles em circulação e em tesouraria, comprometem a capacidade de pagamento da companhia emissora, sendo temerária, no que diz respeito aos riscos a que exporá os investidores a que se destina."

"Art. 5º.....

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

IX -

X -

XI -

XII -

XIII -

XIV -

XV -

XVI – Especificação das consequências e penalidades decorrentes de eventual inadimplemento do emissor;

XVII - Especificação do cartório de títulos e documentos de registro do contrato.

XVIII - Declaração expressa do investidor de haver tomado conhecimento dos termos constantes do prospecto.

XIX – Declaração do emissor de que se obriga a aplicar os recursos captados, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da efetiva captação, da seguinte maneira:

(a) 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no ativo objeto do título ou contrato;

(b) os recursos remanescentes em:

1 - títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional ou de instituições privadas que tenham classificação de baixo risco de crédito;

2 - fundos de renda fixa.

3 - em derivativos, exclusivamente, para proteção contra oscilação de preços do ativo objeto ou dos insumos necessários à realização das obrigações contratuais.

XX – Com destaque, as mesmas ressalvas de que tratam os incisos I a III do parágrafo único do art. 11 desta Instrução.

XXI - Local e data da emissão do contrato.

XXII - Espaço para assinatura do investidor e dos representantes legais da companhia emissora." (NR)

"Art.11.....

....

Parágrafo único - Além das informações solicitadas no caput deste artigo, o prospecto deve conter os seguintes textos, redigidos em letra de fácil leitura e com destaque:

I - "A CVM não garante a veracidade das informações prestadas pela empresa emissora ou julgamento sobre a qualidade do empreendimento, da empresa emissora ou da rentabilidade e risco do investimento representado neste contrato de investimento coletivo".

II - "A rentabilidade final deste investimento está sujeita às flutuações de preços da _____ (unidade de negociação do ativo objeto)".

III - "Este investimento não representa parceria rural nos termos da lei no 8.023, de 12 de abril de 1990." (aplicável quando se tratar de ativo objeto agropecuário)" (NR)

Art.14.....

.....

Parágrafo único. O quadro a que se refere o inciso IV deste artigo deverá discriminar a destinação dos recursos captados, devidamente auditada por auditor independente." (NR)

"Art. 18 - Considera-se infração grave, para os efeitos do § 3o do art. 11 da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo da multa de que trata o § 1o do mesmo artigo:

I - a distribuição realizada em condições diversas das constantes do pedido de registro.

II – a distribuição realizada sem prévio registro na CVM.

III – a destinação dos recursos captados em desacordo com o previsto no prospecto." (NR)

Art. 2º São acrescentados à Instrução CVM no 296, de 18 de dezembro de 1998 os seguintes dispositivos:

"Art. 12-A. As emissões de títulos ou contratos de investimento coletivo serão acompanhadas também de cartilha informativa, redigida em linguagem simples e de apresentação clara, que deverá trazer resumidamente as informações constantes do prospecto, destacando os riscos a que o investidor no título ou contrato de investimento coletivo

ofertado está sujeito, e repetir com destaque as ressalvas de que trata o parágrafo único do art. 11 desta Instrução.

Parágrafo único. A cartilha informativa a que se refere o caput deste artigo será previamente aprovada pela CVM e entregue a todos os adquirentes de contratos de investimento coletivo."(AC)

.....
.....
.....

**REGIMENTO INTERNO
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos
Deputados

.....
....

**TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA**

.....
....

**CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES**

.....
....

**Seção X
Da Fiscalização e Controle**

Art. 60. Constituem atos ou fatos sujeitos à fiscalização e controle do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões:

I - os passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial referida no art. 70 da Constituição Federal;

II - os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado;

III - os atos do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade;

IV - os de que trata o art. 253.

Art. 61. A fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, pelas Comissões, sobre matéria de competência destas, obedecerão às regras seguintes:

I - a proposta da fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Deputado, à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada;

II - a proposta será relatada previamente quanto à oportunidade e conveniência da medida e o alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação;

III - aprovado pela Comissão o relatório prévio, o mesmo Relator ficará encarregado de sua implementação, sendo aplicável à hipótese o disposto no § 6º do art. 35;

IV - o relatório final da fiscalização e controle, em termos de comprovação da legalidade do ato, avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, e quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, atenderá, no que couber, ao que dispõe o art. 37.

§ 1º A Comissão, para a execução das atividades de que trata este artigo, poderá solicitar ao Tribunal de Contas da União as providências ou informações previstas no art. 71, IV e VII, da Constituição Federal.

§ 2º Serão assinados prazos não inferiores a dez dias para cumprimento das convocações, prestação de informações, atendimento às requisições de documentos públicos e para a realização de diligências e perícias.

§ 3º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior ensejará a apuração da responsabilidade do infrator, na forma da lei.

§ 4º Quando se tratar de documentos de caráter sigiloso, reservado ou confidencial, identificados com estas classificações, observar-se-á o prescrito no § 5º do art. 98.

.....
....

TÍTULO IV DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 100. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara.

§ 1º As proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle.

§ 2º Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, e apresentada em três vias, cuja destinação, para os projetos, é a descrita no § 1º do art. 111.

§ 3º Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa, ou dele decorrente.

.....
.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
